

Congresso tenta fazer em 2 dias o que não fez em 80

Brasília — Foto de Wilson Pedrosa

Brasília — A partir de amanhã e até quinta-feira, os deputados federais devem votar o que não conseguiram em 80 dias de trabalhos legislativos. Da pauta constam 242 propostas entre projetos de lei, projetos de lei complementar e projetos de resolução. Mesmo detendo a maioria dos deputados — 217 do PMDB e 125 do PFL — a Aliança Democrática teme a obstrução dos 68 representantes da bancada do PDS.

O esforço concentrado deveria ser iniciado hoje, mas as sessões da Câmara e Senado deverão ser suspensas em virtude da morte do senador Aderbal Jurema (PFL-PE). Ontem, como acontece em todas as segundas-feiras, não houve quorum. A Câmara reuniu apenas 20 dos 479 deputados e o Senado 10 dos 69 senadores. Teptou-se uma sessão do Congresso — reunião conjunta de deputados e senadores —, mas somente 13 do total de 548 parlamentares atenderam à convocação e responderam à chamada.

Apelo de Pimenta

Preocupado com a ação oposicionista do PDS, o líder do PMDB e do governo, Pimenta da Veiga, fez um apelo ao líder pedessista, Amaral Neto, para não obstruir a votação na Câmara nesses dias de esforço concentrado quando entrarão em pauta, entre outros projetos, o de regulamentação das coligações partidárias e o que determina as normas de convocação e realização das convenções.

Amaral Neto aceitou negociar com Pimenta da Veiga, desde que a bancada da maioria aceite mudar o primeiro projeto da pauta, que trata da utilização dos imóveis funcionais em Brasília, além de concordar com a aprovação da regulamentação do artigo 45 da Constituição, que prevê a fiscalização dos atos do Executivo pelo Legislativo. A fiscalização depende de uma lei complementar, que o líder do PDS quer incluir agora no acordo com o líder do PMDB.

É justamente por causa do projeto que regulariza a utilização dos imóveis funcionais — no primeiro lugar da pauta — que não se vota nada na Câmara nesses 80 dias, à exceção de sete propostas: permissão para o presidente Sarney viajar a Portugal; proclamar Tancredo Neves **Presidente Honorário do Brasil**; permitir viagem dos deputados José Mendonça e Adauto Bezerra ao exterior; manter o feriado nacional do dia 1º de maio; e sustar os processos que tramitavam no STF contra os deputados Amaral Neto e Jorge Cury.

O projeto-pivô da discórdia está na pauta desde o dia 18 de março. Dispõe sobre a ocupação dos imóveis funcionais e impede a utilização desses imóveis por funcionários públicos lotados em Brasília, que nos últimos dois anos tenham adquirido imóvel próprio. O projeto exclui da exigência ministros de Estado, o procurador-geral da República, o consultor-geral da República e os funcionários DAS-4.

O PDS quer que a proibição seja válida para todos e apresentou uma emenda retirando o privilégio. Como o PMDB e PFL não concordam com a exigência e não conseguem colocar em plenário os votos suficientes para a aprovação — 240 e apesar de somarem 342 parlamentares — todos os demais itens estão prejudicados.

Se não há número para se aprovar ou rejeitar o primeiro item, não há também número para votar os 241 projetos restantes.

Pauta

Entre os projetos que aguardam votação há 80 dias na Câmara e Senado, destacam-se:

Excepcionais — Proposta de 1983 do deputado Pedro Germano (PDS-RS), que estende aos excepcionais pensão vitalícia, a partir dos 21 anos de idade, no valor de duas vezes o salário mínimo regional. Atualmente somente idosos e inválidos têm direito a esse benefício.

Sindicatos — Do deputado Francisco Pinto (PMDB-BA), que fixa a competência dos sindicatos para exercer a fiscalização das normas de proteção ao trabalho. Atualmente a fiscalização dessas normas é da competência exclusiva das Delegacias Regionais do Trabalho.

Candidato nato — Projeto do deputado Jorge Medauar (PMDB-BA), que extingue a figura do senador como candidato nato. Os senadores, se aprovada proposta, terão de se submeter às convenções para se candidatarem à reeleição.

Demissão imotivada — do deputado Pimenta da Veiga. Proíbe a demissão sem motivo do trabalhador. (Leia matéria na página 14).

Lei Eleitoral — O Senado já aprovou e a Câmara precisa se manifestar sobre a nova lei eleitoral que regula as coligações para o pleito de novembro e determina as normas das convenções que escolherão os candidatos.

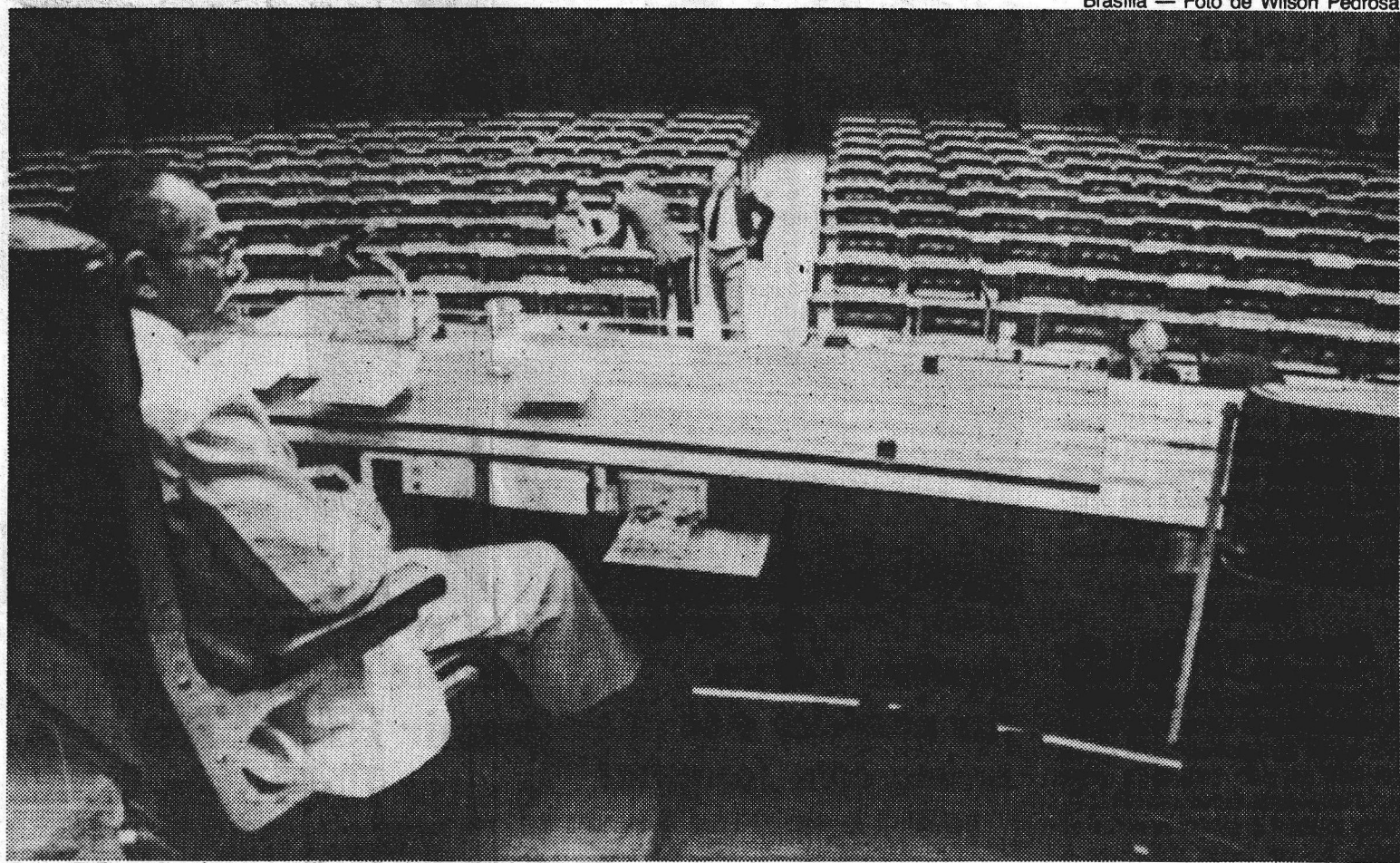
Subsídio ao leite — Proposta do Executivo, enviada na última semana para o Congresso. Determina o subsídio dos produtores de leite em 30% até o final do ano, dispondo de recursos da ordem de Cz\$ 1,3 bilhão. Até agora, o governo não vinha subsidiando o produto.

Aposentados — É outro projeto do Executivo, enviado na última semana, para isentar os aposentados da contribuição previdenciária. Com isso, fica revogado o decreto 1910 que obriga essa contribuição, mesmo para os aposentados que percebam salário mínimo.

CPI — As Comissões Parlamentares de Inquérito do BNH e da Delfin concluíram seus trabalhos, mas os pareceres dos relatores não foram votados. Em ambos os casos, os pareceres concluem irregularidades no sistema do BNH e no da caderneta de poupança da Delfin.

Inquilinato — Proposta do Executivo que impede o despejo de inquilinos por um ano, a partir da data da aprovação da nova lei. O proprietário só pode pedir o imóvel alugado se for para residir. Com isso, o governo quer impedir o grande número de ações de despejos, que passou a ocorrer desde o congelamento dos aluguéis, no dia 28 de fevereiro.

Colarinho branco — A Câmara precisa votar novamente essa matéria, que recebeu um substitutivo no Senado. É de autoria do deputado Nilson Gibson e foi aprovada pela Câmara no final do ano passado. Prevê penas de reclusão para os que praticam os conhecidos "crimes de colarinho branco", ou seja, crimes contra a economia popular.



José Ribamar foi presidente eventual de uma sessão da Câmara onde o difícil era encontrar deputado